

INTENÇÃO DE COMPRA DIRETA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 61/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14255/2022

FUNDAMENTO LEGAL: ART. Nº 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021

O **MUNICÍPIO DE ITAPAGIPE/MG**, sediado à Rua 08, nº 1000, Centro, no Município de Itapagipe, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 21.226.840/0001-47, por intermédio do Departamento de Compras, torna público que, realizará Chamada Pública, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos Art. nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021, e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

- Data limite para apresentação das propostas e documentações: 16/08/2022

- Referências de horário: horário de Brasília/DF

- Endereço eletrônico para envio das propostas e documentações:
licitacao@itapagipe.mg.gov.br

- Link do edital:

[http://pmitapagipe.horusdm.com.br/transparencia/estatica/modelo/3/titulo/Dispensa%20de%20Licita%C3%A7%C3%A3o/caminho/documentos\[\]relatorios\[\]esticos\[\]Dispensa/parametros/aWRQYWdpbmE9OSZUaXR1bG89RGlzcGVuc2EgZGUGtGljaXRhw6fDo28=](http://pmitapagipe.horusdm.com.br/transparencia/estatica/modelo/3/titulo/Dispensa%20de%20Licita%C3%A7%C3%A3o/caminho/documentos[]relatorios[]esticos[]Dispensa/parametros/aWRQYWdpbmE9OSZUaXR1bG89RGlzcGVuc2EgZGUGtGljaXRhw6fDo28=)

1. DO OBJETO:

1.1 Constitui objeto desta Chamada Pública a **CONTRATAÇÃO IMEDIATA** de empresa para realização do evento VII ENCONTRO CULTURAL, ECOLÓGICO E TURÍSTICO DE ITAPAGIPE – S.O.S. RIO GRANDE 2022, na forma descrita no Termo de Referência, **COM FUNDAMENTO LEGAL NO ART. 75, II, §3º DA LEI 14.133 DE 01/04/2021.**

1.2 Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:

1.2.1 **ANEXO I** – TERMO DE REFERÊNCIA;

1.2.2 **ANEXO II** – MODELO DE PROPOSTA;

1.2.3 **ANEXO III** – MINUTA DE CONTRATO.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

2.1. As despesas decorrentes desta aquisição estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Prefeitura de Itapagipe, para exercício de 2022, na classificação abaixo:

02.01.15.00.23.695.0020.01.2705.3.3.90.39.0000 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

3. DO VALOR ESTIMADO:

3.1. O menor valor global orçado, estimado para contratação é de R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais).

4. PRAZO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO:

4.1. A presente **CHAMADA PÚBLICA** ficará **ABERTA POR UM PERÍODO DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, a partir da data da divulgação no site, e os respectivos documentos deverão ser protocolizados no setor de Licitações da Prefeitura de Itapagipe, sito à Rua 08, nº 1000, Centro ou pelo e-mail licitacao@itapagipe.mg.gov.br, fazendo referência à **DISPENSA**.

4.1.1 Limite para Apresentação da Proposta de Preços: **16/08/2022 às 16:30h**.

4.1.2 Para se Habilitar na presente Dispensa, os interessados deverão apresentar os seguintes documentos, juntamente com a proposta comercial:

4.2. Habilitação Pessoa Jurídica:

4.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - Cartão CNPJ;

4.2.1.1 A interessada deverá comprovar que se enquadra no ramo de atividade pertinente ao objeto do certame, por meio da apresentação do documento listado no item 4.2.1.

4.2.2. Contrato Social em vigor (Consolidado), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; exigindo-se, no caso de sociedade por ações, documentos de eleição de seus administradores; Estatuto Social devidamente registrado acompanhado a última ata de eleição de seus dirigentes devidamente registrados em se tratando de sociedades civis com ou sem fins lucrativos. Quando se tratar de empresa pública será apresentado cópia das leis que a instituiu; Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – MEI;

4.2.2.1. Cópia do RG e CPF e/ou CNH do representante legal da empresa;

4.2.3. Regularidade para com a Fazenda Federal - Certidão Conjunta Negativa De Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

4.2.4. Certidão Negativa de Débitos Estaduais;

4.2.5. Certidão Negativa de Débitos Municipais;

4.2.6. Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS;

4.2.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

4.2.8. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

4.2.9. Poderá ser apresentado para comprovação da Regularidade Fiscal, Certidão Positiva com efeitos negativos ou certidão negativa.

4.2.10. Caso o documento não declare sua validade, somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes.

4.3. Proposta de Preço/Cotação:

4.3.1 A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Edital e deverá ser encaminhada de acordo com o item 4.1 do edital.

4.3.2 As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas julgando-se pela desclassificação.

4.3.3 Os preços ofertados não poderão exceder os valores constantes neste Edital.

5. DO PAGAMENTO:

5.1. O pagamento ocorrerá da forma que se segue: 50% (cinquenta por cento) a partir da assinatura do contrato, e o restante até dia 25 de agosto do corrente mês, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2. Para realização dos pagamentos, a CONTRATADA deverá manter a regularidade fiscal apresentada durante processo de habilitação;

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

6.1. Poderá o Município revogar o presente Edital da Intenção de Dispensa de Licitação, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

6.2. O Município deverá anular o presente Edital da Intenção de Dispensa de Licitação, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

6.3. A anulação do procedimento de Edital da Intenção de Dispensa de Licitação, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

6.4. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município.

Itapagipe, 09 de agosto de 2022.

Ricardo Garcia da Silva
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

1.1 Constitui objeto desta Chamada Pública a **CONTRATAÇÃO IMEDIATA** de empresa para realização do evento **VII ENCONTRO CULTURAL, ECOLÓGICO E TURÍSTICO DE ITAPAGIPE – S.O.S. RIO GRANDE 2022**, na forma descrita no Termo de Referência, COM FUNDAMENTO LEGAL NO ART. 75, II, §3º DA LEI 14.133 DE 01/04/2021, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

2. DA ESPECIFICAÇÃO E VALOR

Nº	Descrição	Menor valor orçado
	1ª Fase – INFRAESTRUTURA DO EVENTO	
01	Locação de 01 (um) palco de estrutura metálica, para shows, palestras e premiação, com medidas de 10x8, em treliças de alumínio 10x10, contendo 01 camarim 5x5.	R\$ 20.000,00
02	01 (uma) banda de forró com no mínimo 04 músicos, possuindo histórico regional para apresentação no sábado do evento; (Banda Evolução) R\$	R\$ 4.000,00
03	Equipe com 09 (nove) Seguranças para dois dias, sendo 06 (seis) seguranças e 03 (três) brigadistas no Sábado e 04 (quatro) seguranças e 03 (três) brigadistas no domingo.	R\$ 5.000,00
04	Alimentação para músicos, equipe técnica, artistas e pessoal de apoio nos dias 27 e 28;	R\$ 2.000,00
05	Contratação de 01 (um) locutor com referências e experiência em eventos desta modalidade para os 02 (dois) dias do evento.	R\$ 1.000,00
06	Confecção de 02 Banner com a logomarca oficial do evento e Placas de sinalização;	R\$ 1.000,00
07	Locação do local do evento	R\$ 4.000,00
08	Locação de 01 (um) Gerador de energia, trifásico 600ª, para dois dias de evento.	R\$ 8.000,00
-	2ª FASE – CONCURSO DA LOGOMARCA DO EVENTO	
09	Premiação do Concurso de Desenho do S.O.S. Rio Grande 2022 para escolha da logomarca do evento, valor de investimento de R\$ 3.000,00 (Três mil reais);	R\$ 3.000,00
10	Decoração e ornamentação do local do evento, investimento não inferior a R\$ 3.000,00 (três mil reais)	R\$ 3.000,00
11	Confecção de 100 (cem) squazee personalizada do S.O.S Rio Grande para promoção do evento	R\$ 1.000,00
Valor total dos serviços:		R\$ 52.000,00

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1 O objeto do presente termo justifica-se pela necessidade de valorizar a questão ambiental como um tema importante no debate atual, tanto em nível nacional quanto internacional, com enfoque nos Programas de Revitalização de Bacias Hidrográficas entre as quais o Rio Grande que se encontra em situação de vulnerabilidade e degradação ambiental:

- Perda de qualidade ambiental (matas ciliares, uso indiscriminado das águas, poluição).
- A implementação deste justifica-se, sobretudo, pela necessidade de:

...Gerar informação;

...Aprofundar conhecimento, fortalecendo a consciência de educação ambiental;

Cientes da responsabilidade e conscientização através da educação ambiental, juntamente com a Secretaria da Cultura, Secretaria de Meio Ambiente, Poder Público, Comunidade Escolar e não Escolar se mobilizam com o intuito de diminuir a distância entre a teoria e a prática, o que justifica o VI Encontro Cultural, Ecológico e Turístico - SOS Rio Grande, a ser realizado nos dias 27 e 28 de agosto de 2022.

4. DA ENTREGA DOS MATERIAIS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

4.1 O fornecimento dos serviços será imediato, devendo os equipamentos ser disponibilizados em até 02 (dois) dias antes o evento no local definido na Autorização de Fornecimento.

5. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento ocorrerá da seguinte maneira: 50% (cinquenta por cento) a partir da assinatura do contrato, e o restante até dia 25 de agosto do corrente mês, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

6. DO LOCAL DE ENTREGA/LOCAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

6.1. Os equipamentos, objeto deste Termo, deverão ser entregues no(s) local(is) definido(s) pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo Esporte e Lazer, constantes na Autorização de Fornecimento;

6.2. Será de responsabilidade da Contratada todos os tributos incidentes ou que venham a incidir sobre a aquisição, ou encargos sociais, inclusive despesas com pessoal, material, equipamentos, locomoção, passagens, diárias, alimentação, estadia, frete, cargas e quaisquer outros custos similares advindos do serviço prestado.

7. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DA VIGÊNCIA

7.1. A execução dos serviços deverá ocorrer em consonância à programação do evento, para que o mesmo ocorra satisfatória e plenamente, em atendimento à finalidade do presente edital, tendo o presente a vigência até 28 de agosto de 2022, podendo ser prorrogada mediante celebração de termo aditivo, de acordo com os permissivos legais.

8 – RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:

8.1 – A contratada deverá fornecer o objeto de acordo com as características mínimas acima apresentadas.

8.2 – O objeto a ser locado estará sujeito à aceitação plena pelo Contratante e, para tanto, o mesmo poderá a qualquer tempo ser submetido ao recebimento provisório, onde o Secretário

(a) da unidade Requisitante e/ou solicitante ficará responsável pela conferência do objeto locado, podendo este nomear e/ou designar formal ou informalmente um servidor de sua confiança, desde que seja apto a realizar a conferência deste com as especificações contidas na proposta de preços e no Termo de Referência; caso estejam de acordo, emitirá atestado do seu recebimento definitivo mediante Termo de Recebimento Definitivo.

8.3 – Caso o objeto a ser entregue esteja em desacordo com as especificações contidas na proposta de preços, o Secretário e/ou servidor rejeitará o recebimento do mesmo, ficando a licitante obrigada substituir/repôr o produto ou material empregado no serviço, no prazo de 02 (dois) dias por outro que atenda as especificações mínimas do edital em referência, sem qualquer ônus ou prejuízo ao Município.

8.4 – A Contratada ficará obrigada a substituir o equipamento caso o mesmo venha apresentar defeitos. A substituição deverá ser compatível ou superior com o equipamento em uso, sem ônus para o Município de Itapagipe/MG.

Itapagipe/MG, 09 de agosto de 2022.

RICARDO GARCIA DA SILVA
Prefeito Municipal

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Objeto: **CONTRATAÇÃO IMEDIATA** de empresa para realização do evento **VII ENCONTRO CULTURAL, ECOLÓGICO E TURÍSTICO DE ITAPAGIPE – S.O.S. RIO GRANDE 2022**, na forma descrita no Termo de Referência, **COM FUNDAMENTO LEGAL NO ART. 75, II, §3º DA LEI 14.133 DE 01/04/2021**.

Apresentamos nossa proposta para os itens estabelecidos em Edital, conforme abaixo:

Nº	Descrição	Valor
	1ª Fase – INFRAESTRUTURA DO EVENTO	
01	Locação de 01 (um) palco de estrutura metálica, para shows, palestras e premiação, com medidas de 10x8, em treliças de alumínio 10x10, contendo 01 camarim 5x5.	
02	01 (uma) banda de forró com no mínimo 04 músicos, possuindo histórico regional para apresentação no sábado do evento; (Banda Evolução) R\$	
03	Equipe com 09 (nove) Seguranças para dois dias, sendo 06 (seis) seguranças e 03 (três) brigadistas no Sábado e 04 (quatro) seguranças e 03 (três) brigadistas no domingo.	
04	Alimentação para músicos, equipe técnica, artistas e pessoal de apoio nos dias 27 e 28;	
05	Contratação de 01 (um) locutor com referências e experiência em eventos desta modalidade para os 02 (dois) dias do evento.	
06	Confecção de 02 Banner com a logomarca oficial do evento e Placas de sinalização;	
07	Locação do local do evento	
08	Locação de 01 (um) Gerador de energia, trifásico 600ª, para dois dias de evento.	
	2ª FASE – CONCURSO DA LOGOMARCA DO EVENTO	
09	Premiação do Concurso de Desenho do S.O.S. Rio Grande 2022 para escolha da logomarca do evento, valor de investimento de R\$ 3.000,00 (Três mil reais);	
10	Decoração e ornamentação do local do evento, investimento não inferior a R\$ 3.000,00 (três mil reais)	
11	Confecção de 100 (cem) squazee personalizada do S.O.S Rio Grande para promoção do evento	
Valor total dos serviços:		

Valor Global da Proposta:

Validade da Proposta 60 dias;

Despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal e outros, correrão totalmente por conta da Empresa contratada;

Razão social; N° do CNPJ;

Endereço:

Dados bancários: Banco: Agência: N° de conta: Operação:

xxxx, xx de xx de xxxx.

XXXXXX

Assinatura do Responsável

CPF:

Obs.: Identificação, assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ, se houver.

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N° /2022, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE XXXX E A EMPRESA

Pelo presente instrumento, compareceram, de um lado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE XXXX**, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Rua xxxx, nº xx, xxxx, CEP: xxxx, na cidade de xxxx, Estado de xxx, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxxxx, doravante designada simplesmente **CONTRATANTE**, representada neste ato por seu(sua) Prefeito(a) Municipal, o(a) Sr.(a) xxxx, brasileiro(a), (estado civil), residente e domiciliado à Rua xxxxxx, nº xxx, xxxx, cidade de xxxxxxxx, Estado de xxxx, portador do RG nº xxx e do CPF xxx e, do outro lado, a empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede na Rua, nº, Bairro, CEP:, na cidade de, Estado de, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu sócio, Sr(a)., portador do RG nº e do CPF nº, resolvem celebrar o presente contrato, com base no PROCESSO N° xx/2022, Dispensa nº xx/2022, com fulcro na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto a realização do evento **VII ENCONTRO CULTURAL, ECOLÓGICO E TURÍSTICO DE ITAPAGIPE – S.O.S. RIO GRANDE 2022**, a ocorrer nos dias 27 e 28 de agosto de 2022, na forma descrita no Termo de Referência, **COM FUNDAMENTO LEGAL NO ART. 75, II, §3º DA LEI 14.133 DE 01/04/2021**, na forma descrita no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATADO, PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 2.1. O valor total do presente contrato perfaz a importância de R\$ (.....).
- 2.2. O pagamento será efetuado da forma que se segue: 50% (cinquenta por cento) a partir da assinatura do contrato, e o restante até dia 25 de agosto do corrente mês, contados da apresentação da Nota Fiscal à CONTRATANTE, com o atestado de execução a ser emitido pela CONTRATANTE.
- 2.3. Não será efetuado pagamento antecipado em relação ao prazo previsto.
- 2.4. O pagamento será realizado por meio de depósito bancário em conta corrente de titularidade da Contratada, ou, na impossibilidade deste, por meio de cheque nominal a empresa contratada.
- 2.5. Poderá o Município, para implementação do pagamento, exigir a comprovação de que a Contratada encontra-se em situação fiscal regular, comprovada mediante apresentação, juntamente com a Nota Fiscal, das Certidões de Regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual, Municipal, INSS, FGTS e Débitos Trabalhistas. A não apresentação dos documentos de regularidade tributária e trabalhista, não será causa de retenção de pagamento, mas poderá

levar à rescisão contratual por culpa da contratada, fazendo incidir as sanções previstas neste contrato.

2.6. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da Nota Fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, por parte da CONTRATADA, importará na prorrogação do prazo de vencimento da obrigação da CONTRATANTE.

2.7. Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada à Contratada, carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada a esta Prefeitura Municipal no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;

2.8. Caso a Contratada não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua apresentação.

2.9. O Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE

3.1. O valor do contrato será irreajustável, admitindo-se apenas, para manter o equilíbrio contratual, a revisão do valor, de ofícios ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial para o objeto, devidamente justificado e demonstrado pela CONTRATADA, ou, poderá ser reajustado na hipótese Art. 107, §4º, da Lei nº. 14.133/21, com base no acumulado do índice do INPC do ano imediatamente anterior.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos para custeio das despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, no exercício de 2022, a saber: 02.01.15.00.23.695.0020.01.2705.3.3.90.39.0000 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Os serviços objeto deste contrato deverão ter seu início em até 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação do setor competente, devendo ser executados em consonância à programação do evento, para que o mesmo ocorra satisfatória e plenamente, em atendimento à finalidade do presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1. As obrigações contratuais serão executadas no prazo fixado na cláusula quinta, devendo ser acompanhadas e fiscalizadas por servidor designado para esse fim, nos termos do artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, ao qual caberá atestar a efetiva entrega do objeto adquirido.

6.2. O objeto contratado será recebido provisoriamente para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações do Termo de Referência.

6.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, a CONTRATANTE poderá notificar a CONTRATADA para sanar as irregularidades, se possível, ou rescindir a contratação, com aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

6.4. O recebimento definitivo do objeto ou a prestação efetiva dos serviços se dará com a conferência e a verificação do atendimento integral dos trabalhos contratados, formalizando-se o ato de entrega através da respectiva nota fiscal que conterà em seu rodapé a data, o nome e a assinatura do servidor responsável pelo recebimento do objeto entregue.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 São obrigações da CONTRATADA:

- 7.2. Executar fielmente o objeto deste Contrato, comunicando imediatamente ao CONTRATANTE à ocorrência de qualquer fato impeditivo de seu cumprimento;
- 7.3. Manter, durante o período de vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.4. Responsabilizar-se por todos os custos diretos e indiretos para a perfeita execução do objeto, incluídas as demais despesas referentes aos impostos, contribuições, bem como o que mais for necessário ao perfeito cumprimento do objeto deste Contrato;
- 7.5. Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao CONTRATANTE, por dolo ou culpa, bem como por aqueles que venham a ser causados por seus prepostos ou empregados;
- 7.6. Não transferir a outrem o objeto contratado;
- 7.7. Disponibilizar ao CONTRATANTE, sem custos, todas as informações solicitadas.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- 8.1.1. Efetuar o pagamento do valor contratado, no prazo e nas condições previstas no presente Contrato.
- 8.1.2. Fornecer todos os dados, documentos e informações necessários à execução do contrato.
- 8.1.3. Comunicar à CONTRATADA, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sobre necessidades supervenientes porventura ocorridas, para o perfeito cumprimento do contrato.
- 8.1.4. Promover o acompanhamento e a fiscalização durante a execução do objeto, sob os aspectos qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte daquela, aplicando as penalidades previstas neste Contrato, se necessárias.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

9.1 O presente contrato vigorará até 28/08/2022, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por fato superveniente em que gere impossibilidade de realização do evento na data prevista, nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A entrega do objeto será acompanhada e fiscalizada por representante da CONTRATANTE, devidamente designado, podendo ser assistido por terceiros, cabendo-lhes dentre outros:

- 10.1 Solicitar a execução do objeto mencionado;
- 10.2 Supervisionar a execução do objeto, garantindo que todas as providências sejam tomadas para regularização das falhas ou defeitos observados;
- 10.3 Levar ao conhecimento da autoridade competente qualquer irregularidade fora de sua competência;
- 10.4 Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, designados por escrito, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento deste Contrato e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;
- 10.5 Acompanhar a execução do objeto, atestar seu recebimento parcial e definitivo e indicar as ocorrências de indisponibilidade do objeto contratado;

10.6 Encaminhar à autoridade competente os documentos que relacionem as importâncias relativas a multas aplicadas à CONTRATADA, bem como os referentes a pagamentos.

10.7. O acompanhamento e a fiscalização acima não excluirão a responsabilidade da CONTRATADA, ficando esta responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, nem conferirão ao CONTRATANTE, responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução do objeto contratado.

10.8. As determinações e as solicitações formuladas pelos representantes do CONTRATANTE, encarregados da fiscalização do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, ou nesta impossibilidade, justificadas por escrito.

10.9. Para a aceitação do objeto, os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do objeto, observarão se a CONTRATADA cumpriu todos os termos constantes do Termo de Referência, bem como todas as condições impostas no instrumento contratual.

10.10. É vedado ao Município e aos fiscais designados, exercer poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

10.11. Durante a vigência deste contrato, a Contratada deve manter preposto aceito pela Administração do Contratante, para representá-lo sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. A Contratada ficará sujeita à aplicação das seguintes penalidades, respeitado o princípio constitucional da ampla defesa:

11.1.1. Em caso de atraso injustificado na execução do contrato: multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por cada dia de atraso injustificado na execução do contrato, não ficando a Administração impedida de rescindir unilateralmente o contrato e aplicar as outras sanções previstas nos artigos 155 e 157 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.1.2. Em caso de inexecução total ou parcial do contrato:

11.1.2.1. Advertência;

11.1.2.2. Multa de 30% sobre o valor total do contrato;

11.1.2.3. Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

11.1.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caso pratique as seguintes infrações: apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas na cláusula anterior.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Itapagipe, Estado de Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir eventuais questões oriundas do presente contrato.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam este contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e por seus sucessores, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas, para que surtam todos os efeitos de direito, dando-se publicidade ao ato mediante publicação de seu resumo na Imprensa Oficial.

Itapagipe, XX DE XX DE 2022.

**Prefeitura Municipal de XXXX
Contratante**

Contratada

Testemunha 01:

CPF:

Testemunha 02:

CPF: